

**TERMO ADITIVO Nº 074/2025 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2011-SMS.G.****PROCESSOº** 2011-0.105.353-0**PROCESSO SEI** 6110.2021/0003181-5

**PARTÍCIPIES:** PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POR MEIO DE SUA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE ATRAVÉS DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, E O CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS “DR. JOÃO AMORIM” – CEJAM, QUALIFICADO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

**OBJETO DO CONVÊNIO:** Implementação, desenvolvimento e incremento das ações relativas ao serviço de atenção integral à assistência materno-infantil – “Parto Seguro à Mãe Paulistana” no Município de São Paulo, conforme Plano de Trabalho.

**OBJETO DO ADITAMENTO:** Suplementação de verba de custeio para recomposição financeira do contrato para período de agosto a dezembro de 2025.

**VALOR MENSAL DO REAJUSTE:** R\$ 4.452.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais).

**VALOR TOTAL DO REAJUSTE:** R\$ 22.260.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos e sessenta mil reais).

**DOTAÇÃO**

**ORÇAMENTÁRIA:** 84.10.10.302.3026.2.507.3.3.50.85.00 – Fonte 00.1.500.9001.0  
e 84.10.10.302.3026.2.507.3.3.50.85.00 – Fonte 00.1.500.9001.1

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por meio da sua **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, com sede na Rua Dr Siqueira Campos, 176, neste ato representado por seu Secretário Municipal da Saúde **LUIZ CARLOS ZAMARCO**, Registro Funcional nº 581.638.6-7, sendo a competência delegada de acordo com a Lei Municipal nº 17.433/2020, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 59.685/2020, através da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, representada pelo Secretário Executivo Adjunto, **JOSE CARLOS INGRUND**, Registro Funcional nº 503.033.1/9, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, o **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS “DR. JOÃO AMORIM” – CEJAM**, pessoa jurídica de direito privado, qualificado como Organização Social no Município de São Paulo, nos autos do processo administrativo nº 2006-0.149.557-9 (Certificado de Qualificação nº 005), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 66.518.267/0031-07, com endereço na Rua Lund, nº 41 – Liberdade – CEP 01513.020 – São Paulo/SP, neste ato representado por seu Gerente de Desenvolvimento Institucional, **MÁRIO SANTORO JUNIOR**, tendo em vista o que dispõem a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Municipal nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006, o artigo 24, inciso XXIV, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o artigo 1º, parágrafo 3º do Decreto 58.376, de 21 de agosto de 2018, **RESOLVEM** firmar o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Convênio nº 002/2011 – SMS.G, nos termos das cláusulas a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONVÊNIO**

**1.1** Implementação, desenvolvimento e incremento das ações relativas ao serviço de atenção integral à assistência materno-infantil – “**Parto Seguro à Mãe Paulistana**” no Município de São Paulo, conforme Plano de Trabalho.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO ADITAMENTO**

**2.1** Fica consignada, com fundamento no *caput* da cláusula sexta – do Prazo de vigência, a prorrogação do Termo de Convênio nº 002/2011, pelo período de agosto de 2025, atendendo a Portaria nº 859/2024 – SMS.G, conforme Plano de Trabalho Orçamentário aprovado e Nota de Reserva.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO CUSTEIO

- 3.1** Fica estabelecido o orçamento de custeio o valor total de **R\$ 22.260.000,00** (vinte e dois milhões e duzentos e sessenta mil reais), sendo valor mensal na quantia de **R\$ 4.452.000,00** (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), para o período de agosto a dezembro de 2025, destinados suplementação de verba de custeio para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, onerando as dotações orçamentárias n.ºs 84.10.10.302.3026.2.507.3.3.50.85.00 – Fonte 00.1.500.9001.0 e 84.10.10.302.3026.2.507.3.3.50.85.00 – Fonte 00.1.500.9001.1

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE

- 4.1** Nos termos do artigo 26 da Lei Municipal nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002, c/c o parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8666, de 1993, o presente **TERMO ADITIVO** deverá ser publicado na íntegra ou em extrato, como condição indispensável de eficácia, na Imprensa Oficial, no prazo de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura.

Ficam mantidas e inalteradas as demais cláusulas do **TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2011-SMS.G**, bem como os seus anexos técnicos e seus eventuais e respectivos aditivos, no que não colidirem com o presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as PARTES o presente instrumento em **02 (duas) vias** de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 01 de agosto de 2025.

**LUIZ CARLOS ZAMARCO**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE

**JOSE CARLOS INGRUND**

SECRETARIO EXECUTIVO ADJUNTO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**MARIO SANTORO JUNIOR**

PROCURADOR

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR JOÃO AMORIM" - CEJAM

**TESTEMUNHAS:**

NOME

CARGO/FUNÇÃO

NOME

CARGO/FUNÇÃO



# **PREFEITURA DE SÃO PAULO**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ASSESSORIA JURÍDICA**

Rua Dr. Siqueira Campos, 172 - Bairro Liberdade - São Paulo/SP  
Telefone: (11) 5465-9710

**PROCESSO 6018.2025/0094856-2**

**Encaminhamento SMS/AJ Nº 144350632**

SMS/SEGA

Sr. Secretário Executivo,

Trata-se do Termo Aditivo 074/2025 (141279365), ao TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2011-SMS.G, firmado com o CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" - CEJAM, cujo objeto é Implementação, desenvolvimento e incremento das ações relativas ao serviço de atenção integral à assistência materno-infantil - "Parto Seguro à Mãe Paulistana" no Município de São Paulo, conforme Plano de Trabalho.

Pretende-se por meio do Aditivo a suplementação de verba de custeio para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para recomposição financeira do contrato para período de agosto a dezembro de 2025.

Consta do Ofício n.º 857/2025 (140950787), pedido de repasse financeiro de R\$ 22.260.000,00 para cobrir um déficit nas verbas destinadas ao pagamento de férias e 13º salário de profissionais que trabalham nas maternidades dos hospitais municipais.

De acordo com o documento, essa falta de dinheiro foi causada pela necessidade de usar os recursos para pagar plantões extras. Esses plantões foram necessários para manter o atendimento em momentos críticos, como quando houve ausências de funcionários ou aumento de demanda.

O repasse, em parcelas mensais de R\$ 4.452.00,00 de agosto a dezembro de 2025, é necessário para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e o equilíbrio financeiro do convênio "Parto Seguro à Mãe Paulistana", conforme alega a conveniada.

Esta COJUR se manifestou no parecer de doc.142037639, datado de 10/09/2025, entendeu que não foram preenchidos os requisitos jurídicos para o

pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, à luz do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993. A justificativa apresentada, focada na necessidade de cobrir plantões extras com verbas de obrigações trabalhistas, ao ver desta Coordenadoria, não é suficiente para caracterizar um fato imprevisível ou de consequências incalculáveis que justifique a alteração da equação econômica-financeira pactuada. Tais custos parecem estar relacionados à gestão operacional e financeira ordinária do convênio.

Adicionalmente, recomendamos a revisão do plano de trabalho vigente, com o objetivo de promover a compatibilização entre os valores efetivamente repassados e os custos reais da execução dos serviços. É essencial que o plano reflita de forma precisa as necessidades financeiras do programa "Parto Seguro à Mãe Paulistana".

Sobre esse ponto, SMS/CPCS/DAFIN no doc.144083096, fez a mesma sugestão para revisão do plano de trabalho, *"a fim de promover o adequado alinhamento entre as despesas e os recursos efetivamente repassados"*.

Após as referidas manifestações, não surgiram fatos novos nos autos capazes de alterar o entendimento já exarado, portanto, mantemos o entendimento manifestado no referido parecer, no sentido de não terem sido preenchidos os requisitos jurídicos para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, à luz do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993.



**Luiz Guilherme da Cunha Mello**  
**Procurador(a) do Município**  
Em 15/10/2025, às 19:42.



**Jeferson Silva Sousa**  
**Assessor(a) Jurídico**  
Em 16/10/2025, às 11:07.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **144350632** e o código CRC **3D877C78**.

---



# PREFEITURA DE SÃO PAULO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
Rua Dr. Siqueira Campos, 172 - Bairro Liberdade - São Paulo/SP  
Telefone: (11) 5461-9057

**PROCESSO 6018.2025/0094856-2**

**Encaminhamento SMS/SEGA Nº 144867408**

São Paulo, 23 de outubro de 2025.

**À**  
**SMS/CFO/COORDENAÇÃO**

**Assunto: Cancelamento Nota de Reserva - R\$ 22.260.000,00**

Em atenção as informações do presente quanto a impossibilidade de prosseguimento ao solicitado na inicial, **AUTORIZO** o cancelamento da Nota de Reserva nº 77.125/2025 sei nº 141968309.

Após encaminhe-se à SMS/SEAH/CAH, para providências quanto ao encerramento do respectivo processo.

Atenciosamente,



**Armando Luis Palmieri**  
**Secretário(a) Executivo(a)**  
Em 06/11/2025, às 18:27.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **144867408** e o código CRC **A80AE9D4**.